

# *Superior Tribunal de Justiça*

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.840.209 - SP (2019/0288569-0)**

**RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**  
**RECORRENTE : JAIR ALVES DOS SANTOS**  
**RECORRENTE : GISELE CRISTINA MATEO DOS SANTOS**  
**ADVOGADO : GENESIO FERREIRA DOURADO NETO - SP160996**  
**RECORRIDO : V F DE SOUZA E CIA LTDA**  
**RECORRIDO : VALDIR FERNANDES DE SOUZA**  
**RECORRIDO : GALDINA ANTUNES DE SOUZA**  
**ADVOGADO : ARMANDO PENINHA BATISTA - MG084029**

## **DESPACHO**

O recurso especial não foi instruído com as guias de preparo e os respectivos comprovantes de pagamento em razão de a parte alegar ser beneficiária da assistência judiciária gratuita. No entanto, a simples alegação, sem comprovação ou pedido nos autos, não é suficiente afastar a deserção.

Da mesma forma, é insuficiente a alegação de que a gratuidade foi deferida expressa ou tacitamente nos autos principais e/ou apensados, devendo a parte trazer certidão comprobatória do tribunal de origem desse deferimento ou cópia integral dos respectivos autos, o que não ocorreu no caso concreto.

Assim, nos termos do § 4.º, art. 1.007, do Código de Processo Civil, **intime-se a parte recorrente para comprovar a condição de beneficiário da gratuidade de justiça deferida pela origem, expressa ou tacitamente, ou realizar o recolhimento em dobro do preparo, no prazo de cinco dias, sob pena de não conhecimento do recurso.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 03 de outubro de 2019.

**MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA**

Presidente